

GOVERNO DOS CORPOS E DA POPULAÇÃO: BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE

Carlos José Martins*

Recebido em: 29 ago. 2011

Aprovado em: 06 set. 2011

* Dr. em Filosofia pela UFRJ, prof. assistente no Depto. de Educação Física da UNESP - Campus de Rio Claro. Membro do Programa de Pós-graduação Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Tecnologias. Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail: carlosjmartins@hotmail.com

Resumo: Este artigo se propõe a refletir sobre possíveis ressonâncias entre os conceitos de biopolítica e governamentalidade no pensamento de Michel Foucault. Segundo Foucault, a biopolítica caracteriza-se como uma maneira de racionalizar os problemas colocados à prática governamental para os fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos em população. Trata-se de circunscrever como os corpos dos indivíduos bem como o corpo social foram objeto de determinados procedimentos e técnicas de governo na era moderna.

Palavras chave: Regulação da vida. Biopolítica. Governamentalidade. Artes de governar.

GOVERNMENT OF THE BODIES AND POPULATION: BIOPOLITICS AND GOVERNMENTALITY

Abstract: This article intends to reflect on possible resonances between the concepts of governmentality and biopolitics in the thought of Michel Foucault. According to Foucault, biopolitics is characterized as a way to rationalize the problems posed to government practice to the phenomena themselves to a set consisting of living and population. It is about circumscribing how the bodies of individuals and the social body were subject to certain procedures and techniques of government in the modern era.

Key words: Regulation of life. Biopolitics. Governmentality. Arts of governing.

De acordo com o filósofo francês Michel Foucault (1987), os corpos encontram-se diretamente mergulhados num campo político. As relações de poder têm alcance imediato sobre eles: elas os investem, os marcam, os dirigem, os supliciam, sujeitam-nos a trabalhos, obrigam-nos a cerimônias, exigem-lhes sinais. Este investimento político dos corpos está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, aos novos ditames da vida urbana moderna e à sua utilização econômica. Como força de produção, os corpos são investidos por relações de poder e de dominação. Ademais, sua constituição como força de trabalho só é possível se eles estão presos a sistemas de sujeição, nos quais a necessidade é também um instrumento político, cuidadosamente organizado, calculado e utilizado.

Os corpos só se tornam força útil se são ao mesmo tempo corpos produtivos e corpos dóceis. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia. Ela pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem, no entanto, ser violenta. Pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror e, no entanto, continua a ser de ordem física. Isso significa que pode haver um “saber” dos corpos que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las (FOUCAULT, 1987, p. 28).

Esse saber e esse controle constituem o que Foucault denominou como tecnologia política dos corpos. Tal tecnologia é difusa, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos, compõem-se muitas vezes de peças ou de pedaços, utiliza um material e processos heterogêneos. Essas tecnologias se disseminam por toda a sociedade produzindo seus efeitos em meio às mais variadas práticas sociais, sejam estas de lazer, pedagógicas, médicas, políticas, etc.

A proliferação crescente de saberes e tecnologias políticas sobre os corpos implicados tanto como indivíduos, quanto como integrantes de um conjunto populacional, constituem uma perspectiva histórica original da obra de Michel Foucault. As disciplinas do corpo e a regulação das populações estabeleceram o grande contraponto analítico às propaladas liberdades formais e jurídicas modernas. Colocadas sob o foco da arqueologia e da genealogia das técnicas de governo, os saberes bio-médicos e a medicina revelaram o seu papel bio-político na constituição de nossa herança moderna.

Já em *O Nascimento da Clínica* (1963) Foucault (1987) havia demonstrado como a medicina tornou-se uma “tarefa nacional” no período de um século, com uma radicalização decisiva durante a Revolução Francesa e o Império. Segundo o autor,

a partir desta época a medicina teve um papel indissociável das funções do Estado. Assim se constituiu um espaço novo no qual a própria estrutura epistemológica e política da medicina progressivamente se modificou: esta não se apresentará apenas como um conjunto de técnicas terapêuticas e seus saberes, mas também um gênero de conhecimento que procede a definição do “*homem não doente*”, do “*homem modelo*”, cujas técnicas tem por finalidade, reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade, circunscrevendo esta região de conexões fundamentais para a constituição do homem moderno, onde a saúde orgânica, equilibrada, sem paixões e vigorosa se conecta com a ordem da nação, o vigor de seus exércitos, a fecundidade de seu povo e a marcha paciente de seu trabalho, de modo a fixar os códigos normativos para tomar encargo da gestão da existência dos homens.

No capítulo II, intitulado *Uma Consciência Política*, Foucault nos revela que nos anos que antecederam e sucederam a Revolução Francesa surgiram dois grandes mitos: de um lado, o mito de uma profissão médica nacionalizada, estruturada de forma semelhante ao clero e investida, ao nível da saúde e do corpo, de poderes semelhantes aos que exercia sobre as almas; por outro lado, o mito da desapareção absoluta da doença em uma sociedade em que paixões e distúrbios estariam ausentes, reconduzida a uma saúde idílica original.

Portanto, segundo Foucault, a partir de então a primeira missão do médico será, conseqüentemente, política: a luta contra as moléstias deve iniciar-se por uma batalha contra os maus governos; só o homem liberto será totalmente curado. Em outros termos, sendo politicamente eficaz, a medicina poderá ser dispensável do ponto de vista médico. “E em uma sociedade finalmente livre, em que as desigualdades são apaziguadas, e onde reina a concórdia, o médico terá apenas papel transitório a desempenhar” (FOUCAULT, 1987, p. 37-38).

PODER DISCIPLINAR/ANÁTOMO-POLÍTICA

Os estudos que Foucault dedica aos saberes biomédicos e os procedimentos que lhes são correlativos a partir dos anos setenta situam-se no contexto da “analítica das relações de poder”. Durante a primeira metade dos anos setenta Foucault definiu e circunscreveu o que nomeou como sendo o “poder disciplinar”: poder que se aplica aos corpos individualmente, através de técnicas de vigilância, de sanções normalizadoras e uma organização panóptica do espaço das instituições.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente

quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma capacidade que ela busca aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p. 127).

Foi em “*Surveiller et Punir*” (1987) que Foucault empreendeu sua primeira grande pesquisa histórica sobre a expansão do investimento dos corpos pelo poder:

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder. [...] corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. O grande livro do homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. [...] Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos (FOUCAULT, 1987, p. 126-127).

A BIOPOLÍTICA

A biopolítica consistiu na gestão de um problema novo: o crescimento da população na Europa ocidental a partir do século XVIII. Segundo Foucault, a biopolítica caracteriza-se como uma maneira de racionalizar os problemas colocados à prática governamental para os fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos

em população. Por conseguinte, podemos constatar de imediato que este novo campo de investigação articula-se necessariamente com o problema da governamentalidade ainda que a noção em sua acepção conceitual não tivesse ainda sido concebida. Alguns dos principais desdobramentos que levaram a conceber esta noção em sua forma mais acabada serão objeto da investigação aqui empreendida mais adiante.

O termo *biopolítica* aparece em 1977 em uma conferência sobre o nascimento da medicina social pronunciada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foucault (1984) examinará, no curso do século XVIII, o nascimento da medicina de estado na Alemanha, o surgimento da medicina urbana na França e os empreendimentos de medicalização das classes laboriosas e dos miseráveis na Inglaterra.

Examinando a literatura constituída pelos tratados de polícia do século XVIII, literatura muito abundante e por muito tempo abandonada, Foucault aí fará emergir a função estratégica das formas de governo na história do ocidente. Se governar, dizia Foucault (1994a), tornou-se a um certo momento da história da sociedade europeia, o conjunto dos múltiplos meios de guiar os homens, de dirigir e organizar seus comportamentos, de ordenar e orientar suas ações e suas reações, então pode-se compreender que as atividades de governar deram lugar a uma instância de reflexão, a meios de conceitualizar suas próprias práticas. Enfim, há uma racionalização permanente que engendrou objetos, campos e métodos de conhecimento.

Será a polícia, dentro do quadro das novas artes de governar, a aparecer como uma das técnicas fundamentais. É ela que torna possível o saber sobre o Estado, o conhecimento dos domínios e dos objetivos que necessitam da intervenção do Estado, pelo conhecimento de sua força e tudo aquilo que permite aumentar a sua potência.

O poder disciplinar opera entre dois pólos que são o indivíduo e sua inscrição em uma massa, em uma multiplicidade. O poder disciplinar constitui em corpo social aqueles sobre os quais ele se exerce, após ter definido a individualidade de cada membro inscrito nele, pela vigilância, pela correção e eventualmente pela punição. Mas é precisamente quando se tratou de efetuar a inserção dos corpos individuais no interior de uma massa global afetada por processos de conjunto que são próprios à vida, processos como “o nascimento, a morte, a produção, a doença, que uma coisa como o bio-poder pode constituir-se e incorporar o dispositivo disciplinar” (BERTANI, 2001 p. 23).

Apesar de os problemas da população serem há muito tempo colocados, é no século XVIII que eles se generalizam. Com o grande crescimento demográfico do Ocidente europeu durante o século XVIII, a necessidade de coordená-lo e de integrá-

lo ao desenvolvimento do aparelho de produção, a urgência de controlá-lo por mecanismos de poder mais adequados e mais rigorosos fazem aparecer a “população”. A este problema passam a ser aplicados novos tipos de saber: a demografia, observações sobre o controle de epidemias, entre outros. Além disso, estabelecem-se aparelhos de poder que permitem não somente a observação, mas a intervenção direta. Assim, não se trata somente de um problema teórico, mas de um objeto de vigilância, análise, intervenções, operações transformadoras, etc. Foucault (1984) afirma que, a partir desse momento, aparece algo que se pode chamar de poder sobre a vida.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS

O fenômeno da emergência de um poder sobre a vida é contemporâneo e condição de possibilidade à formação dos Estados Nacionais modernos, que se vêem diante da necessidade de conhecer seu território para avaliar como nele se repartem seus habitantes. Para tal, é necessário examinar os índices de crescimento demográfico, os fluxos migratórios, entre outros. No entanto, torna-se, sobretudo, necessário conhecer as taxas de mortalidade e de reprodução, os fenômenos epidêmicos e endêmicos e tudo o que concorre para determinar as condições de vida das populações, de modo a fornecer à administração os instrumentos apropriados que permitem uma intervenção eficaz de modo a reforçar a potência dos Estados. Tal inflexão histórica marca a entrada da vida no domínio da política e, portanto, tal como nomeou Foucault, o nascimento da biopolítica, quer dizer, a entrada da vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos que faz dos poderes e saberes agentes de transformação da vida humana. É assim que o ser humano, enquanto espécie torna-se algo que entra em jogo nas estratégias políticas das sociedades ocidentais.

Os saberes biomédicos bem como as instituições de assistência sanitária serão chamados a ter uma função fundamental. A tarefa de prescrever os instrumentos e as técnicas para bem governar, a descrever o Estado, sua configuração, suas forças e seus recursos, e que visa essencialmente desenvolver e reforçar a vida dos indivíduos como condição necessária da força e da potência do Estado.

Deste modo, a tese de Foucault é que, ao contrário do que pensam certos críticos da medicina atual, “a medicina moderna é uma medicina social que tem por background uma certa tecnologia do corpo social” (FOUCAULT, 1984, p. 79). Segundo o autor, a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-paciente.

De acordo com Michel Foucault, o capitalismo desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que é o corpo

enquanto força de produção, força de trabalho, força de reprodução. Para o autor, o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política e a medicina, o urbanismo, a demografia são estratégias bio-políticas¹.

De acordo com Foucault, tornou-se evidente que, se a natureza não pode assegurar por si mesma, como “*Politia Naturae*”, as funções de regulação da ordem da vida, serão os Estados que se encarregarão, através da polícia médica. Desde então a medicina será considerada cada vez mais uma peça fundamental nos dispositivos do Estado de segurança que se ocupará dos problemas concernentes ao espaço urbano, à massa da população considerada como fenômeno urbano, da família enquanto célula intensa da vida social, e por fim do corpo dos indivíduos.

PODER PASTORAL E GOVERNAMENTALIZAÇÃO DOS CORPOS

A inclusão da vida dentro dos mecanismos de poder, o governo da espécie e dos indivíduos considerados como corpos vivos, a tarefa de encarregar-se do problema da saúde, da tutela e da proteção da vida biológica da nação constituem o conjunto dos processos que caracterizam o advento da bio-política. A inteligibilidade de um tal processo implicará o abandono, ou ao menos a reformulação, das categorias políticas na base das quais a questão do poder foi historicamente colocada na tradição do pensamento político ocidental. O modelo originário deste poder Foucault o encontrará na tradição religiosa estabelecida pelo cristianismo nos séculos III e IV, no momento em que se constituiu o “poder pastoral”.

Em que consistiria a singularidade deste poder? Trata-se de um poder que pretende guiar e dirigir os homens ao longo de toda sua vida e em cada circunstância desta vida, um poder que consiste em querer encarregar-se da existência dos homens em seu detalhe e isto para conduzi-los a uma maneira de se comportar, a empreender sua salvação.

Foucault assim esboça como a partir do nascimento das formas modernas do Estado e das sociedades industriais, foram necessários procedimentos e mecanismos de individualização e de constituição das identidades coletivas já preparadas pelo pastorado cristão - tanto como ele preparou as formas

¹ Cabe ressaltar que o termo bio-política foi utilizado pela primeira vez por Foucault no Brasil justamente nesta conferência, proferida no Instituto de Medicina Social da UERJ, em 1977.

correspondentes de governo dos comportamentos. É, portanto, no quadro dos processos de secularização dos Estados Modernos, segundo Foucault, que teria havido, sobretudo uma “implantação, difusão e multiplicação das técnicas pastorais no quadro laico dos aparelhos de Estado” (FOUCAULT, 1994a, p. 550) E é em uma referência quase explícita a Weber que ele o expressa:

Sabemos quantas vezes se colocou a questão do papel que uma moral ascética teria tido em toda primeira formação do capitalismo; mas, o que se passou no século XVIII em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo, foi um outro fenômeno, talvez de maior amplitude do que essa nova moral que parecia desqualificar o corpo: foi nada menos do que a entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas (FOUCAULT, 1985, p. 133).

Portanto, de acordo com a tese de Foucault, trata-se menos de um fenômeno moral ou ideológico e muito mais de um fenômeno material, corporal e tecnológico. No bojo dessas importantes transformações, a medicina joga uma de suas maiores funções históricas que, a partir do século XVIII, foi de “tomar o lugar da religião e reconverter o pecado em doença.” (FOUCAULT, 1994a, p. 381).

HIGIENE PÚBLICA E GOVERNO DA ESPÉCIE

A aparição da higiene pública no curso do século XIX será, para Foucault, exemplar. Ela permitirá à medicina se integrar progressivamente enquanto instância decisiva de controle social e ela permitirá igualmente sua conversão em espaço discursivo onde serão elaborados os pressupostos “científicos” do governo da espécie.

O programa higienista, através das grandes campanhas deflagradas durante o século XIX, realizará toda uma sorte de intervenções e controles que permitirá à medicina de se transformar numa técnica global destinada a assegurar a saúde geral das populações através da redução das grandes epidemias, diminuição das taxas de morbidade, prolongamento da expectativa média de vida, etc. Graças à higiene pública, a medicina pôde, segundo Foucault (1994), tomar lugar entre as instâncias administrativas, se constituir enquanto saber “médico-administrativo”. Tornar-se uma “medicina social”.

A QUESTÃO URBANA: A GESTÃO BIOPOLÍTICA DA CIDADE

É, principalmente, sobre o espaço urbano em geral que ela atua. Provavelmente,

devido ao fato deste espaço ser o meio de gestão dos riscos para a população. Em outras palavras, a localização dos diferentes bairros, sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade, seu sistema de esgotos e de evacuação de águas utilizadas, a localização dos cemitérios e dos matadouros, a densidade da população constituem fatores que desempenham um papel decisivo na mortalidade e morbidade dos habitantes. A cidade, como diagnóstica Foucault (1984), com suas principais variáveis biopolíticas, aparece como objeto a governar e medicalizar.

Veja-se o problema da cidade, ou, mais precisamente, esta disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas a constituíram efetivamente no século XIX. A cidade operária, tal como existe no século XIX, vê-se muito bem como é que ela se articula, de certo modo perpendicular, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por seu enquadramento, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recortar, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela disposição espacial da cidade (FOUCAULT, 1999, p. 299).

Portanto, uma das principais vertentes históricas da constituição das biopolíticas diz respeito à urbanização e o desenvolvimento das estruturas urbanas, tendo seu desdobramento na França em fins do século XVIII. De acordo com Foucault (1984), uma grande cidade francesa entre 1750 e 1780 não se constituía como uma unidade territorial, mas em conglomerados emaranhados de territórios heterogêneos e poderes rivais. Foi assim que, na segunda metade do século XVIII, se colocou o problema da unificação do poder urbano. Sentiu-se na cidade grande a necessidade de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, dependendo de um poder único e bem regulamentado. O desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre, aumentara as tensões no interior da cidade através de agitações e sublevações urbanas cada vez mais freqüentes e numerosas, que ganham intensidade conduzindo às grandes revoltas contemporâneas da Revolução Francesa. Daí a necessidade de um poder político capaz de esquadriñar esta população urbana.

Por conseguinte, de acordo com Foucault (1984), a medicina assume um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e, a partir do século XVIII, não cessa de se estender e de se afirmar em sua maquinaria de poder. O médico penetra diferentes instâncias de poder. Os grandes inquéritos médicos sobre a saúde das populações tomam a administração como ponto de apoio e, por

vezes, ponto de partida. Forma-se um saber médico administrativo que serviu de núcleo originário à “economia social” e a sociologia do século XIX.

Durante cerca de um século, como expressa Bertani (2001), a medicina higienista representou o tronco epistemológico a partir do qual puderam proliferar os ramos os mais diversos das ciências biomédicas, das ciências humanas, e das ciências sociais, da psiquiatria regida pelo modelo da degenerescência até as antropologias, sociologias e criminologias, fornecendo um modelo de cientificidade e um regime de verdade às práticas racistas do eugenismo, que iria muito cedo encontrar suas aplicações nas democracias liberais e depois nas leis de Nuremberg.

Falando do papel que a medicina desempenhou nestas circunstâncias históricas, Foucault nos chama a atenção:

E vocês compreendem então, nessas condições, porque e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios. A medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores (FOUCAULT, 1999, p. 301-302).

GOVERNAMENTALIDADE

A noção de *governamentalidade* aparece em 1978, na aula de 1º de fevereiro do curso *Segurança, Território, População* no contexto da análise das artes de governar. Tal análise remonta ao século XVI período de expansão das artes de governar no diagnóstico empreendido por Foucault. Vejamos os passos trilhados por nosso autor na passagem que vai se construindo da problemática do biopoder à governamentalidade.

Na aula de abertura do curso *Segurança, Território, População* de 11 de janeiro de 1978, Foucault explicita o objetivo de suas investigações: “Este ano gostaria de começar o estudo de algo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder.” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Nesta passagem nosso filósofo deixa entrever a mutação que está se operando em seu pensamento neste campo de investigações. A noção de biopoder vai sendo progressivamente substituída pela abertura a uma outra perspectiva de pesquisa.

O quadro no qual se dá a expansão da arte de governar está relacionado a um certo número de processos gerais assim enumerados segundo Foucault: a expansão demográfica do século XVIII; a abundância monetária e o aumento da produção agrícola. Constituindo este, de acordo com o filósofo, o marco geral do fenômeno. No entanto, este destaca:

Podemos dizer de uma forma mais precisa, que o desbloqueio desta arte de governar, esteve ligado, penso eu, à emergência do problema da população. [...] foi também através do desenvolvimento da ciência do governo que foi possível recortar o problema específico da população (FOUCAULT, 2008, p. 140).

Não por acaso, na aula de 01 de fevereiro de 1978 do mesmo curso Foucault acrescenta:

No fundo, se eu quisesse ter dado ao curso que iniciei este ano um título mais exato, certamente não seria “Segurança, Território, População”. O que eu queria fazer agora, se quisesse mesmo, seria uma coisa que eu chamaria de história da “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

No cerne de ambos os campos, atuando como uma espécie de charneira encontramos a emergência do problema da população. Tal problema vai assumir um papel cada vez mais importante no novo contexto que se abre. Segundo Foucault, o desbloqueio da arte de governar se deu devido à relevância assumida pelo problema da população.

A população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, no seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida. A constituição de um saber de governo é indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos que giram em torno da população no sentido lato (FOUCAULT, 2008, p. 140).

O diagnóstico sustentado por Foucault é o de que as artes de governar encontravam-se bloqueadas até então por uma série de fatores. Para enumerá-los apenas de forma esquemática conforme Foucault (2008):

- 1) Razões históricas no sentido estrito como a série de grandes crises do século XVII tal como a guerra dos trinta anos.

- 2) As grandes revoltas rurais e urbanas, bem como a crise financeira e de meios de subsistência que dilapidou a economia das monarquias do fim do século XVII.
- 3) Razões de estruturas institucionais e mentais, assim como a pregnância do exercício da soberania a um só tempo como questão teórica e princípio de organização política.

Por outro lado, o desbloqueio da arte de governar teve curso no decorrer do século XVIII, justamente no momento em que o problema da população veio a aparecer conjugado ao problema da economia política. Notadamente, é no momento em que o autor constrói este quadro de análise, que a noção de governamentalidade é introduzida e estabelecida, proporcionando a passagem de uma arte de governar à uma ciência política.

Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “economia política” e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 2008, p. 141).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, através da noção de governamentalidade que expande o campo problemático do biopoder e da biopolítica, Foucault (2008, p. 144) destaca os seguintes aspectos:

- 1) A noção de governamentalidade é concebida como sendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança.
- 2) A governamentalidade concerne a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não parou de conduzir, para a preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros - soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes.

3) Por fim, a governamentalidade significa o processo pelo qual o Estado de justiça da idade média é conduzido ao Estado jurídico e administrativo dos séculos XV e XVI até ao Estado de controle e segurança da população.

A partir do que vimos podemos depreender que a governamentalidade é um desdobramento das noções de biopoder e biopolítica. Ela reformula as distintas configurações assumidas pelos dispositivos de poder a partir do século XVIII. Neste sentido, é pertinente distinguir esta noção do governo pela soberania, bem como do governo pelo Estado administrativo e/ou jurídico. Contudo, trata-se de um governo pelo controle das normas. Tal é, a esse propósito, o diagnóstico de Foucault (2008, p. 144-145): “Talvez. O que há de importante para nossa modernidade, isto é, para nossa atualidade, não é, portanto, a estatização da sociedade, mas o que eu chamaria de “governamentalização” do Estado”.

REFERÊNCIAS

BERTANI, M. *Sur la généalogie du bio-pouvoir*. Paris: ENS Éditions, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Dits et écrits, vs. I-IV*. Org. Daniel Defert et François Ewald. Paris: Galimard, 1994a.

_____. *Dits et Écrits, v. III*. Paris: Galimard, 1994b.

_____. *Microfísica do poder*. Coletânea de artigos, conferências e entrevistas. Org., intr. e rev. técnica de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *O nascimento da clínica (1963)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *Vigiar e punir*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.